

Lei Orçamentária Anual

LOA

2023

Audiências Públicas



**CIDADE DE
SÃO PAULO**

SUMÁRIO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....	3
--------------------------	---

Audiências Públicas

Em cumprimento às prerrogativas constitucionais instituídas no artigo 165 da Constituição Federal, às exigências da Lei Orgânica do Município de São Paulo estabelecidas em seu artigo 143, e o §1º do artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Fazenda em parceria com a Casa Civil, organizou o processo Orçamento Cidadão, que proporciona a participação social regionalizada na elaboração da proposta orçamentária, buscando a aplicação da gestão democrática no Município. O Orçamento Cidadão consiste no processo de coleta, seleção e avaliação de propostas de munícipes, com o objetivo de incorporá-las ao Projeto de Lei Orçamentária Anual. No bojo deste processo, realizam-se audiências públicas regionalizadas, por Subprefeitura, de forma a assegurar a participação da população em todas as regiões da cidade.

Por conta das medidas de enfrentamento à pandemia de COVID-19, em 2022 os encontros presenciais ainda foram substituídos por audiências virtuais. O processo seguiu a mesma metodologia adotada em 2020 e 2021, com respaldo no mesmo Decreto nº 59.574/2020 e na Portaria SF nº 73/2021, além da Lei nº 17.839/2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023).

Como exemplos de avanços alcançados com o Orçamento Cidadão, destacam-se: (i) a transparência de todas as etapas do processo, já que todas as propostas recebidas são publicadas, (ii) a ampliação das instâncias de participação da sociedade civil, com participação direta dos cidadãos e a integração dos Conselhos Participativos Municipais ao processo, (iii) o uso de uma plataforma online voltada à participação popular (Plataforma Participe Mais: participemais.prefeitura.sp.gov.br), e (iv) a maior efetividade do processo participativo, uma vez que as propostas viáveis são incorporadas ao orçamento municipal na forma de compromissos, com status de prioridade, conforme disposição da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023.

O Orçamento Cidadão PLOA 2023 teve início em abril de 2022, quando foram realizadas Audiências Públicas virtuais e recebidas as propostas de munícipes para priorização da alocação orçamentária para 2023. Qualquer cidadão poderia enviar quantas propostas quisesse, para qualquer uma das 32 Subprefeituras. Foram recebidas 2.023 propostas, com destaque para temas relacionados com Segurança Alimentar (14,58%), Saúde (14,53%), Meio Ambiente (10,83%) e Desenvolvimento Econômico e Trabalho (10,73%).

Neste ano, concomitantemente à etapa de recebimento de propostas, o processo contou com uma inovação na plataforma do Participe Mais, que consistiu no recurso de “apoio”, por meio do qual os munícipes indicaram as propostas que julgaram mais relevantes. Ao todo, 5.614 apoios foram registrados.

Na etapa seguinte, em maio, as propostas recebidas foram priorizadas pelos Conselhos Participativos Municipais, cujos conselheiros debateram e escolheram, dentre as recebidas na etapa anterior, 15 propostas prioritárias por Subprefeitura. As propostas priorizadas foram encaminhadas à próxima etapa, de votação popular. Também cabe destacar que, de maneira inédita, a Prefeitura realizou um segundo ciclo de audiências públicas virtuais, com o objetivo de subsidiar os Conselheiros no processo de priorização de propostas. Todas as audiências

foram gravadas e estão disponíveis no canal do YouTube da Coordenadoria de Planejamento da Secretaria Municipal da Fazenda.

Depois, no período de 31 de maio a 15 de junho, as propostas sugeridas pela população e selecionadas pelos Conselhos Participativos foram submetidas à apreciação popular, pelo voto direto por meio da Plataforma Portal Participe Mais, sendo que cada munícipe participante poderia votar em até 5 (cinco) propostas diferentes, de qualquer Subprefeitura. Ao todo, foram recebidos 7.460 votos, que elegeram 5 propostas para cada uma das 32 Subprefeituras municipais (além de outras 10 que ficaram empatadas em número de votos), totalizando 170 propostas eleitas. Em junho, elas foram encaminhadas às Secretarias Municipais responsáveis por cada tema, para que analisassem sua viabilidade técnica, jurídica e orçamentária.

Tal metodologia foi concebida para que, após a seleção pelo voto direto dos munícipes, as Secretarias tivessem condição de fazer uma análise mais aprofundada e efetiva de todas as propostas encaminhadas. Ao final, das 170 propostas submetidas à análise das Secretarias municipais, 84 delas, de diversas áreas de atuação, foram consideradas total ou parcialmente viáveis e incluídas na proposta orçamentária, na forma de compromissos públicos das Secretarias municipais. Ao todo, foram firmados 89 compromissos (5 propostas dependem da atuação conjunta de duas Secretarias; nesses casos, foram firmados dois compromissos para uma mesma proposta). Todas as análises de viabilidade são apresentadas no Caderno VI desta Lei Orçamentária Anual, com as manifestações que justificam a conclusão de cada órgão pela viabilidade ou inviabilidade de cada uma. Ao mesmo tempo, e sem prejuízo de todo esse processo, a relação completa com as 2.023 propostas recebidas também foi encaminhada a cada Secretaria Municipal para análise e, sempre que possível, incorporação a sua proposta orçamentária – muito embora sem a análise completa a que foram submetidas as propostas eleitas, nem a incorporação ao Projeto de Lei Orçamentária.

Em sequência, a Secretaria Municipal da Fazenda tornou público todo o material na Plataforma Participe Mais, que também permite o acompanhamento da implementação das propostas consideradas viáveis: periodicamente, com frequência mínima quadrimestral, as Secretarias Municipais responsáveis por cada uma delas devem atualizar as informações com o status da execução das propostas e um breve descritivo das ações realizadas até o momento.

Ainda em 2022, no mês de outubro, foi realizada uma etapa devolutiva, em um terceiro ciclo de Audiências Públicas virtuais regionalizadas, de forma que todo o conteúdo das análises de viabilidade realizadas pelas Secretarias Municipais foi por elas apresentado à população de cada Subprefeitura. Tais audiências, agendadas com 30 (trinta) dias de antecedência, com datas e horários amplamente divulgados, contaram com a presença de representantes das Secretarias responsáveis pelas análises de viabilidade, também sendo convidados os representantes das Subprefeituras. Além dos cidadãos como um todo, também foram convidados integrantes dos Conselhos Participativos Municipais, que participaram ativamente do processo.

É importante lembrar que o Orçamento Cidadão, como redesenho do processo tradicional de Audiências Públicas do orçamento, foi uma das iniciativas integrantes do II Plano de Ação em Governo Aberto da Cidade de São Paulo, tendo sido elaborado conjuntamente por representantes do Poder Executivo e da sociedade civil. Para a implementação do processo,

foi essencial a integração entre a Secretaria Municipal da Fazenda e a Secretaria do Governo Municipal (que abrigava na época a equipe responsável pelo Governo Aberto no município, atualmente incorporada à Casa Civil), responsável pela manutenção do Portal Participe Mais, além da participação das demais Secretarias Municipais, principalmente na etapa de avaliação de viabilidade das propostas eleitas. Ressalte-se, ademais, que a realização virtual das Audiências Públicas foi adotada em razão da pandemia de COVID-19. Futuramente, serão retomadas as etapas presenciais.

A distribuição de propostas por Subprefeituras e por áreas temáticas de maior anseio dos munícipes é apresentada nas tabelas a seguir.

Número de propostas recebidas por Subprefeitura:

Subprefeitura	Número de propostas recebidas	%
Aricanduva/Formosa/Carrão	98	4,84%
Butantã	78	3,86%
Campo Limpo	65	3,21%
Capela do Socorro	77	3,81%
Casa Verde	41	2,03%
Cidade Ademar	38	1,88%
Cidade Tiradentes	51	2,52%
Ermelino Matarazzo	51	2,52%
Freguesia/Brasilândia	53	2,62%
Guaianases	50	2,47%
Ipiranga	48	2,37%
Itaim Paulista	31	1,53%
Itaquera	87	4,30%
Jabaquara	70	3,46%
Jaçanã/Tremembé	53	2,62%
Lapa	73	3,61%
M'Boi Mirim	71	3,51%
Mooca	67	3,31%
Parelheiros	35	1,73%
Penha	102	5,04%
Perus	153	7,56%
Pinheiros	51	2,52%
Pirituba/Jaraguá	43	2,13%
Santana/Tucuruvi	34	1,68%
Santo Amaro	73	3,61%
São Mateus	72	3,56%
São Miguel	54	2,67%
Sapopemba	39	1,93%
Sé	108	5,34%
Vila Maria/Vila Guilherme	66	3,26%
Vila Mariana	55	2,72%
Vila Prudente	36	1,78%
Total Geral	2023	

Propostas recebidas por área temática:

Área temática	Número de propostas recebidas	%
Assistência Social	46	3,76%
Cultura	64	3,16%
Desenvolvimento Econômico e Trabalho	217	10,73%
Direitos Humanos e Cidadania	98	4,84%
Educação	120	5,93%
Esportes e lazer	90	4,45%
Habitação	26	1,29%
Meio Ambiente	219	10,83%
Saneamento	24	1,19%
Saúde	292	14,53%
Segurança Alimentar	295	14,58%
Segurança Urbana	56	2,77%
Transportes e mobilidade	195	9,64%
Zeladoria Urbana e melhorias de bairro	209	10,33%
Outros temas	42	2,08%
Total Geral	2023	

Todos os detalhes das propostas eleitas e das análises de viabilidade promovidas pelas Secretarias estão presentes no Caderno VI desta Lei e na Plataforma Participe Mais. O acompanhamento efetivo da implementação das propostas incorporadas ao Orçamento Anual, no curso de 2023, também será publicado periodicamente na Plataforma, conforme a Portaria SF nº 73/2021.

Por fim, em termos de transparência do orçamento municipal, a internet constitui, sem dúvida, um canal essencial para a abertura de dados e a transparência ativa de informações municipais, em especial os dados de execução orçamentária, que estão disponíveis, em atualizações diárias, nos sites da Secretaria da Fazenda e da Transparência Municipal.

Merecem destaque as seguintes plataformas de transparência pública do orçamento:

- Portal da Transparência: <http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/>
- Portal de Dados Abertos: <http://dados.prefeitura.sp.gov.br/>
- Portal do Orçamento Público Municipal: <http://orcamento.sf.prefeitura.sp.gov.br/>

Dessa forma, a Prefeitura de São Paulo reitera seu compromisso com a participação popular e o efetivo exercício de cidadania na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária 2023, que naturalmente influenciam na Lei Orçamentária 2023, constituindo um espaço essencial para o desenvolvimento, execução, controle e aperfeiçoamento das políticas públicas.